



# Plano de Ensino

Escola de Desenvolvimento de Servidores

Curso	DIREITOS TRABALHISTAS NA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS		
Nomes dos elaboradores	ELIANE HELENA GONÇALVES SILVA		
Versão	1	Data de elaboração	12/01/2022

Ementa (conteúdo)	Contratos de trabalho e terceirização. Direitos trabalhistas dos empregados terceirizados. Discussão de casos concretos.		
Público alvo	FISCAIS DE CONTRATO	Participação obrigatória para o público alvo?	NÃO
Carga horária (h)	10 H/A	Recomendação de número de participantes por turma	20
Modalidade do curso	( ) presencial ( ) telepresencial ( ) não presencial ( x ) mista		

Objetivos	
1	Capacitar os fiscais de contrato para a verificação do cumprimento, pelas prestadoras de serviço e pelo CEFET-MG, dos direitos trabalhistas decorrentes dos contratos de trabalho dos empregados terceirizados.
2	Apresentar os conceitos básicos necessários à compreensão da adoção do trabalho terceirizado pela Administração Pública.
3	Conhecer os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e na legislação trabalhista esparsa.
4	Analisar os direitos previstos na legislação trabalhista à luz das Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho.
5	Discutir as implicações das falhas de fiscalização na responsabilização da Administração Pública pelos direitos decorrentes dos contratos de trabalho dos empregados terceirizados.
6	Discutir os problemas enfrentados pelos fiscais de contrato do CEFET-MG no exercício de suas funções.
7	Discutir possíveis soluções jurídicas para minimizar os riscos de responsabilização do CEFET-MG pelo inadimplemento de direitos trabalhistas dos empregados terceirizados.

Etapas de formação (encontros)		Carga horária (h)
1	CONTRATOS DE TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO 1.1 Contrato de trabalho por prazo indeterminado 1.2 Contrato de trabalho intermitente 1.3 Efeitos da terceirização na Administração Pública 1.4 Responsabilidade do CEFET-MG pelos contratos de trabalho dos terceirizados.	2 h/a



## CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

Etapas de formação (encontros)		Carga horária (h)
2	DIREITOS TRABALHISTAS DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS 2.1 Intervalos 2.2 Horas extras 2.3 Adicional noturno 2.4 Turnos ininterruptos de revezamento	2 h/a
3	DIREITOS TRABALHISTAS DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS (continuação) 2.5 Férias 2.6 13º salário 2.7 Aviso-prévio 2.8 Fundo de Garantia por tempo de serviço	2 h/a
4	DIREITOS TRABALHISTAS DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS (continuação) 2.9 Vale-transporte 2.10 Direitos garantidos por negociação coletiva - aplicação 2.11 Verbas rescisórias 2.12 Descontos permitidos 2.13 Uso lícito do poder disciplinar – aplicação de penalidades	2 h/a
5	DISCUSSÃO DE CASOS CONCRETOS	2 h/a

Bibliografia básica	
1	BOMFIM, Vólia. <i>Direito do Trabalho</i> . 18ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.
2	DELGADO, Maurício Godinho. <i>Curso de Direito do Trabalho</i> . 18ª ed. São Paulo: LTr, 2019.
3	LEITE, Carlos Henrique Bezerra. <i>Direito do Trabalho</i> . 13ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.
4	NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. <i>Curso de Direito do Trabalho</i> . 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2004/2011.

Bibliografia complementar	
5	BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho.
6	BRASIL. Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o trabalho temporários nas empresas urbanas e dá outras providências.
7	BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 36, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
8	BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.